



MédioTejo

comunidade intermunicipal

7
Data

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO

Ata n.º 01/2024

Data – 8 de abril/2024

Início – 21h00

Local – Sede da CIM do Médio Tejo, Tomar

Termo – 23:00

Presenças – Lista Anexa

ATA n.º 01/2024

Ao oitavo dia do mês de abril/2024 com início pelas vinte e uma horas, teve lugar, na sede da CIM do Médio Tejo, em Tomar, a primeira reunião ordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Aprovação da ata da reunião anterior
2. Período antes da ordem do dia.

Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIM do Médio Tejo;
2. Apreciação e votação do Relatório de Gestão 2023
3. Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 01/2024
4. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal;
5. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro.

D. J. V.
D. J. V.



MédioTejo

comunidade intermunicipal

O presidente da mesa, tendo em conta que a vice-presidente da mesa não poderia estar presente na reunião, questionou se alguém se oporia a que Tiago Vieira que estará em sua substituição o poderia fazer juntando-se à restante mesa. ----- Não havendo nada em contrário, procedeu-se ao início da reunião e dos trabalhos com o deputado. -----

De seguida fez referência às faltas e respetivas substituições, que se passou a indicar: -----

NOME	SUBSTITUTO
Ana Margarida Henriques Neves Vieira - PSD de Ourém	Tiago Ferreira Simões Vieira
Daniel Fernando Marques Lopes Jana - PS de Mação	Carla Isabel da Silva Loureiro
Duarte Nuno Cruz Fonseca - PPD/PSD- CDS/PP-MPT-Coligação Cidadãos p/ Alcanena-Concelho c/ Futuro (Alcanena)	António Manuel Mina Duque
Fernando Jorge Henriques Bonina Zuzarte Reis - MPNT (Movimento P'la Nossa Terra) (Torres Novas)	Luzia Marta Tavares Serigado
João Manuel Moura Rodrigues - PPD/PSD (Ourém)	Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques
Júlia Amorim - CDU (Constância)	Não foi substituída
Mário André Balsa Gonçalves - PS (Entroncamento)	Pedro Miguel Faria Gonçalves
José Casanova - Independente - PS (Ferreira do Zêzere)	Não foi substituída

RRR

1. **Aprovação da ata da reunião anterior** -----

Neste ponto da ordem de trabalhos não foram efetuadas inscrições dos deputados. Assim sendo, a ata foi colocada a votação. -----

Deliberação – Aprovada por maioria, com as seguintes abstenções dos deputados que não estiveram na anterior reunião: Luzia Serigado, Hugo Costa, Francisco



Sarmento, Dominique Ventura, Carla Loureiro e Ângela Marques -----



2. Período antes da ordem do dia -----

O presidente da mesa questionou quem se pretendia inscrever para este ponto. Inscreveram-se os seguintes deputados: -----

António Mor, do PS de Abrantes, o primeiro inscrito começou por cumprimentar todos os demais presentes. Referiu que estava hoje neste púlpito quase como por obrigação de um estado de alma. Começou por dizer, já não conseguindo dizer exatamente quando, mas num dos anteriores mandatos em que se discutiam os apoios aos transportes que a região poderia vir a acolher, e que hoje se concretiza e onde podemos beneficiar. Contudo, aquilo que a partir de 1 de abril passou a ser uma verdade no Médio Tejo, naquele tal meio que é para andar no Médio Tejo, na questão do meio jovem, aquilo que se conseguiu foi um acesso muito mais facilitado deste grande investimento. O segundo ponto desta sua intervenção foi sobre a saúde. Depois uma luta de muitos intervenientes com o mesmo intuito possibilitou que no dia 25 do passado mês de março se fizesse o auto de consignação de empreitada da ampliação da requalificação do serviço de urgência médico cirúrgica da agora ULS Médio Tejo, processo todo desenvolvido enquanto Centro Hospitalar do Médio Tejo, que como é sabido, se situa na unidade hospitalar de Abrantes, obra esta que está orçamentada em 3,6 milhões de euros, e que se tudo correr normalmente será desenvolvida num prazo de 13 meses. Trata-se de um contributo significativo, determinante para a melhoria da capacidade de resposta no âmbito da saúde. Terminou agradecendo todo o trabalho desenvolvido em prol do nosso Médio Tejo, da nossa região. -----

Paula Carloto, do PSD do Entroncamento deu as boas vindas a todos, comentado ser breve na sua interlocução e apenas com 3 notas muito breves. A primeira para se congratular com a presença de diversos membros do concelho intermunicipal, comentado ser um gosto perceber que os nossos presidentes nos acompanham nos nossos trabalhos, realçando que dão prestígio e têm interesse com aquilo que aqui se passa. Portanto, em seu nome e dos eleitos do PSD reiterou este agradecimento. Uma segunda nota, também de expectativa e profundo anseio que as eleições legislativas e os resultados destas eleições possam configurar uma maior afirmação da nossa região e que possam significar que os novos governantes e os novos eleitos dão às Comunidades Intermunicipais o prestígio, o mérito e o

Dita



MédioTejo

comunidade intermunicipal

reconhecimento que elas devem ter. Uma terceira nota de congratulação, porque é muito interessante quando vemos sair entre nós, os eleitos locais alguém para assumir funções de responsabilidade sobretudo ao nível do governo. É com muito orgulho que os eleitos do PSD vêm sair de entre nós o Eng.º João Moura para secretário de estado da agricultura, e, portanto, nesse sentido, eu gostava de em nosso nome congratularmo-nos com esse facto e desejar-lhe nesta via e neste local os maiores sucessos no tratamento de um tema, que infelizmente ao longo dos anos não tem merecido o melhor daquilo que lhe deveríamos ter dado. -----

Joana Ramos, do PSD do Sardoal, referiu na sequência da leitura que fez dos vários documentos apresentados que se continua a verificar uma ausência de políticas, que já foram pedidas inclusive nesta Assembleia pelo menos uma vez pela própria e outra pela deputada Júlia Amorim no âmbito do PEDIME, sobre soluções que ajudem na integração efetiva de alunos emigrantes. Relembrou que há alunos de várias nacionalidades, ucranianos, paquistaneses, indianos, chineses, entre outros, a chegaram todos os dias ao sistema educativo, sem que ainda saibamos a melhor maneira de traçar um caminho para eles. Estamos, portanto, a falar de crianças que não falam português e que neste momento se há uns anos era fácil usar o Google tradutor para com um ou dois traduzir, neste momento em sala de aula e com vários não é fácil fazê-lo de forma competente, e ajudar também os que cá estão. Referiu que deve haver um trabalho de planeamento e uma execução articuladas para esta integração eficaz, sem colocar em causa o trabalho já desenvolvido com os nossos alunos. Referiu não saber se passava pelo contato imersivo com a nossa língua, referindo que a CIM também poderá ter responsabilidades nesse sentido até que os alunos tenham condições de comunicação suficiente independentemente ao ano de escolaridade ou da idade, que não são critérios suficientemente aferidores para os colocarmos num determinado nível de ensino, referindo que nós não imaginamos os constrangimentos de uma escola, dos alunos novos, das suas famílias, e dos outros que já cá estão na gestão desta vida escolar e na vida destas crianças. Por fim, referiu querer fazer uma intervenção de dupla entrada, como lhe chamou. Todas estas crianças que chegam à nossa região, chegam também com famílias, chegam com pais que trabalham, entram no nosso sistema de impostos e que contribuem para a nossa economia. Como já foi referido pelo deputado João Moura e outros deputados que já lembraram este decréscimo populacional com que somos confrontados muito frequentemente, se não se revela também, se não existirão já estudos neste sentido um acréscimo com estes imigrantes que chegam todos os dias, e que podem também fazer a diferença na nossa economia regional e nacional, ou seja, compensar este decréscimo populacional com os novos habitantes e cidadãos imigrantes que



queremos que tenham uma vida digna obviamente, descontando também oficialmente para o estado português. -----

Francisco Sarmento, do PSD de Torres Novas começou por cumprimentar todos referindo pretender colocar uma questão muito concreta. Tal como veiculado pelos media, a disponibilização da próxima transferência do PRR está dependente de uma reforma da administração pública, gostaria de saber se terá algum impacto este eventual atraso em alguma disponibilização destas próximas verbas nos projetos PRR que estão em execução pela CIM. Qual o impacto que poderá ter nos projetos já em execução e nos que poderão estar em candidatura. -----

João Fernandes, do PSD de Abrantes, fez de seguida a sua intervenção. Descreve-se "Senhor Presidente, corria o ano de 2020, por volta de dezembro, na sua qualidade de presidente da Câmara de Abrantes, o senhor presidente afirmou que o município de Abrantes quer liderar um processo de candidatura para que o rio Tejo venha a ser considerado Património da Humanidade da Unesco, e que tem por objetivo proteger um património coletivo ibérico. "Há já algum tempo que falávamos em diversos fóruns da possibilidade do rio Tejo ter uma candidatura a Património da Humanidade e eu acho que chegou a altura de alguém dar o pontapé de saída e eu disponibilizei-me para liderar, ou ajudar a colaborar, nesta forte possibilidade", disse o presidente da Câmara Municipal de Abrantes. -----

Segundo defendeu Manuel Jorge Valamatos (PS), "com o rio Tejo como Património da Humanidade abrir-se-iam outras portas, outros olhares e outro pensamento porque o Tejo faz parte da história coletiva da região, do país, e da Península Ibérica, e teremos outras condições para o tratar melhor e olhar para ele ainda com mais atenção e com mais cuidado". -----

Senhor Presidente, 4 anos volvidos, não chega a 4 anos, e Vossa Excelência é Presidente da Comunidade Intermunicipal, o que lhe permite dar outro suporte, com a concordância das demais municipalidades, não só à ideia de elevar o Tejo a Património Mundial da Humanidade, de promover a aludida candidatura à Unesco, mas também de começar, como disse nas suas entrevistas à data, abrir novas portas e ofertar novos olhares a esta tão importante serpente de água. -----

O PSD não poderia estar mais de acordo, especialmente, o PSD em Abrantes, até porque antes das suas proclamações, já tínhamos apresentado propostas nesse sentido, quer nos nossos programas eleitorais, quer em propostas de recomendação, entre outras. Aliás, uma delas até foi, mais ou menos, acatada pela maioria em Abrantes, dando origem a uma pequena conferência. -----

Contudo, transcorridos os tais 3 anos e pouco desde os seus motivadores pregões, e não há processo liderado por Abrantes ou qualquer outra entidade para a referida

candidatura. E, não alegando que o Tejo não merece a atenção da CIMT, decerto que este não se apresenta como uma prioridade. Ou estaremos enganados? -----
Senhor Presidente, responda-nos às seguintes perguntas: -----

1. É o Tejo uma prioridade neste seu mandato enquanto Presidente da CIMT?

2. O que está a fazer para que ele seja essa prioridade? Dê-nos exemplos concretos, por favor; -----
3. Aproveitando o facto de ser o Presidente da CIMT, vai impulsionar a mencionada candidatura a Património Mundial da Unesco no seio desta comunidade e tornar o processo nacional? -----

Senhor Presidente, recentemente, ouvimos a Coordenadora-Geral da Comissão Técnica Independente, numa entrevista que deu, repetir algo que já afirmara em janeiro deste ano. No essencial, disse que o principal entrave ao projeto Magellan 500 é o conflito do espaço aéreo com a Base Aérea de Monte Real: "A Base Aérea de Monte Real é uma base NATO e uma das infraestruturas mais importantes da Força Aérea, que tem exigências muito complicadas por causa dos aviões F16". Naturalmente, este entrave consta do relatório final. No entanto, a mesma Coordenadora também afirmou que: -----

Os promotores do Magellan 500 estão em conversações com a Força Aérea e a NAV, responsável pela gestão do tráfego aéreo, para encontrar soluções que permitam aumentar o número de voos em Santarém. E que "vai esperar pelas conclusões" do diálogo e admitiu reavaliar. "Pode haver alterações das circunstâncias, de diversas formas. Se isso acontecer, vamos ver o que nos vão apresentar". -----

Ora, a CIMT e dos diversos municípios que a compõem – e bem – aprovaram resoluções e moções de apoio a que o Novo Aeroporto se situe em Santarém. Esta foi uma forte aposta política da comunidade e dos municípios, tendo eu, na nossa Assembleia Municipal, votado favoravelmente uma proposta nesse sentido, apresentada pelo Executivo, se não me engano. -----

Contudo, após a confrontação com este argumento negativo que excluiu – ou excluirá – Santarém, e uma vez que esta é matéria de interesse estratégico para a região, matéria essencial, se tem acompanhado o processo, sabe se houve algum resultado positivo das conversações entre os promotores e as demais entidades? -

E já agora, o que é que a CIMT tem feito, dentro das suas possibilidades, para ajudar a debelar este constrangimento? -----

Atendendo à importância nevrálgica deste tema, decerto que terá respostas para nos dar. -----



Finalmente, qual é o ponto de situação em relação à Central do Pego, aos seus trabalhadores, às candidaturas do fundo de transição justa? -----

João Tenreiro, do PSD de Tomar, iniciou também a sua intervenção com os habituais cumprimentos. Referiu que a questão do partido social democrata, era uma questão simples. Sabem que no âmbito do Plano Nacional da Ferrovia houve um período de discussão pública para que todos pudéssemos dar contributos, plano este anunciado pelo atual líder da oposição, na altura Ministro das Infraestruturas. Sabe que houve alguns municípios que apresentaram as suas propostas/contributos no âmbito do referido plano, que pretende ligar todos os distritos no âmbito da ferrovia. Referiu saberem que a CIM do Médio Tejo fez também um trabalho no sentido de recolher esses contributos junto dos municípios para que pudesse apresentar um documento de cariz intermunicipal que permitiu também ter mais força no âmbito da referida discussão pública. Neste sentido, solicitou um ponto de situação sobre esta matéria. -----

José Rafael Nascimento do movimento ALTERNATIVAcom, com a intervenção que se passa a descrever: "Senhores Presidentes do Conselho e da Assembleia Intermunicipal, Senhores 1º Secretário Executivo e Secretário Intermunicipal, Senhores Deputados, Funcionários e Jornalistas, Caros Concidadãos -----

A nossa intervenção tem por objetivo assinalar a entrada em vigor, no início deste ano, de dois modelos organizacionais da maior importância para o nosso território. Referimo-nos à NUTS 2024, a nova divisão regional do país para efeitos estatísticos e de reforço da Política de Coesão da UE, e à nova Unidade Local de Saúde do Médio Tejo (ULS-MT) – que integrou o CHMT e o ACES-MT. A NUTS 2024, composta pelos 308 municípios portugueses, criou a nova NUTS II do "Oeste e Vale do Tejo", integrando as NUTS III do "Oeste", da "Lezíria do Tejo" e do "Médio Tejo", deixando esta (a nossa) de fazer parte da NUTS do "Centro" e de integrar os municípios de Vila de Rei e da Sertã. -----

Esta reorganização estatística e administrativa foi considerada pelo senhor deputado Hugo Costa "um dos momentos mais relevantes da História da nossa região nos últimos 40 anos", tendo também o Sr. Presidente do Conselho Intermunicipal afirmado que ela "vai mudar a História da nossa região nos próximos anos". Se é certo que a harmonização de informação e a – tantas vezes evocada – mobilização de fundos comunitários depende destas unidades estatísticas, importa, sobretudo, que seja perspetivada na ótica das transformações positivas e dos bens maiores, isto é, do desenvolvimento sustentável, justo e integrado do território e das pessoas, dos incentivos e apoios efetivos e céleres às empresas e instituições, da capacidade de investimento em mais e melhores infraestruturas,



equipamentos e programas sociais e culturais, da promoção da eficiência energética e descarbonização, e da resposta atempada às alterações climáticas, entre outros. -----

De facto, é o território e são as empresas e as pessoas quem deve merecer o nosso principal foco e maior empenho, com vista ao progresso e desenvolvimento da sub-região, com participação cidadã e justiça social. Os serviços e os recursos mobilizados pela CIMT são "apenas" os meios que nos permitem alcançar as metas e realizar os objetivos definidos. É por esta razão que os instrumentos de planeamento e prestação de contas – incluindo o Relatório de Gestão e a Informação do Sr. Presidente do Conselho Intermunicipal – devem quantificar, como já aqui apelámos, não apenas esses meios e recursos mobilizados e aplicados, mas sobretudo as metas e os objetivos que se traduzem em resultados finais que transformam, para melhor, o território e a vida das pessoas. Esta informação é essencial e indispensável, devendo ser disponibilizada em tempo útil. -----

Por sua vez, a Unidade Local de Saúde do Médio Tejo (ULS-MT) iniciou formalmente a sua atividade no passado dia 1 de janeiro, abrangendo 11 municípios – todos os que compõem atualmente a CIMT, à exceção de Ourém e incluindo Vila de Rei – os respetivos Centros de Saúde e USF, e 3 Unidades Hospitalares. Regista cerca de 180 mil utentes inscritos, menos 46.000 (i.e., menos 20%) do que na abrangência anterior de 13 municípios, o que significou um crescimento imediato – meramente estatístico – da percentagem de utentes com Médico de Família, de 68% para 72%. -----

Se é certo que têm vindo a ser registadas melhorias em vários indicadores e a ser tomadas iniciativas que valorizam os recursos existentes e os serviços prestados à população, importa não ignorar os graves problemas que persistem (e nalguns casos se agravam), como acontece com o fecho – programado ou não – de algumas urgências hospitalares e com a crónica falta de Médicos de Família e a fraca resposta dada por muitas extensões de saúde. Sabemos que a ULS-MT e os seus 2.800 profissionais – que não poupam esforços para melhorar os cuidados de saúde prestados à população e aos quais nunca seremos suficientemente gratos – têm pela frente uma Missão ciclópica. -----

O seu empenho permitiu realizar em 2023 – quando comparado com o ano anterior, ainda afetado pela crise pandémica e correspondente agravamento dos indicadores de Saúde – mais partos e cirurgias em ambulatório, tratamentos em enfermaria, exames de imagiologia, consultas ao domicílio e hospitalização domiciliária, só para dar alguns exemplos. Todavia, entre dezembro de 2022 e 2023, o número de doentes inscritos para cirurgias e consultas, assim como os tempos de espera, aumentaram cerca de 20%, sendo crítica a dificuldade de resposta nalgumas especialidades, como anestesiologia, neurologia ou cardiologia. Não são



números, são pessoas. São mais 654 doentes a aguardar ansiosamente por uma cirurgia e mais 3.271 a aguardar penosamente por uma consulta. -----

E, na área dos Cuidados de Saúde Primários – que deve merecer tanta atenção e tanta inquietação quanto a hospitalar – a evolução também é preocupante: em apenas um ano, entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023, a percentagem de utentes inscritos sem Médico de Família, no Médio Tejo, aumentou 32%, havendo cerca de 50.000 cidadãos sem Médico de Família atribuído, o que corresponde à necessidade de contratar aproximadamente 30 novos Médicos. Os próximos meses serão decisivos para travar este declínio e inverter a capacidade de resposta do SNS.

Mantenhamos, pois, firme a nossa exigência e não nos deixemos enganar por notícias como esta (que vou citar): “Reforço de Médicos de Família em Abrantes - A ULS-MT acaba de reforçar o número de médicos de família ao serviço dos cuidados de saúde primários do concelho de Abrantes, ao abrigo do projeto Bata Branca, passando a ter mais consultas e acesso a cuidados de saúde”. Parece ótimo, não parece? Pois, mas espremido, em que é que dá este “reforço”? Apenas numas escassíssimas 4h semanais, de um clínico reformado que anda generosamente há um ano a oferecer os seus préstimos ao Ministério da Saúde e ao Município de Abrantes, sem pedir nada em troca. É isto que se passa quando se confunde comunicação com propaganda, e “factos alternativos” com verdade e realidade. ---

Terminadas as intervenções dos senhores deputados, coube o presidente da CIM, prestar os devidos esclarecimentos. Começou, igualmente por efetuar os seus cumprimentos, e por referir que entendia a inquietude do deputado António Mor. A CIM tem tido muito trabalho, tudo tem sido feito de forma muito honesta, referindo a importância de continuarmos nesta linguagem de empenhamento para criarmos as melhores condições na nossa região para se viver, e sobretudo se perspetivar que outros possam para cá viver. Enalteceu o trabalho extraordinário que a CIM do Médio Tejo tem vindo a fazer, para criar condições para que hoje todos os nossos jovens estudantes tenham acesso gratuito a todos os serviços públicos de transportes quer no seu concelho, quer entre os vários concelhos do Médio Tejo. Comentou que para quem conhece verdadeiramente o território, para quem aqui morou, que este assunto dos transportes, é de facto um excelente exemplo de trabalho, de harmonia, de concertação entre todos os municípios. Relativamente às obras das urgências do hospital de Abrantes é seguramente também uma grande vitória para a região, para o Centro Hospitalar do Médio Tejo e para os cidadãos. Muita gente trabalhou e esteve empenhada para que tal pudesse acontecer. Um investimento de 3,6 milhões de euros importantíssimo para o Médio



Tejo. Respondendo de seguida à deputada Joana Ramos deu conta e dos números que têm. Temos mais de 3.000 alunos na nossa região neste momento. Deu conta de que o processo se inverteu em quase todos os concelhos. Em 2019 e 2020 perdíamos alunos do pré-escolar e no 1.º ciclo, sendo que há 3 anos a esta parte e contando com este ano letivo 2023/2024, existe uma inversão brutal. Aquelas que achavam que andávamos a constituir escolas com muitas salas de aula disponíveis, já não veem as coisas assim, e ainda bem, porque as nossas escolas estão a ter uma ocupação mais intensa, sendo bom para otimizarmos todos os recursos. -----
Referiu o importante papel que está a ser desenvolvido no âmbito do projeto PEDIME, e envidamos todos os esforços para esta integração de alunos que foi falado pela deputada. Certo é, que os agrupamentos e o próprio ministério da educação vão ter de ter um papel muito firme e muito determinado para ser feito o que temos para fazer: integrar para obviamente podermos reagir de forma positiva à chegada de tantas pessoas que querem viver connosco. Em resposta ao deputado Francisco Sarmento, deu conta de que a nossa relação é muito direcionada para fundos comunitários e nem o orçamento, nem esta questão de mudança de governo tem uma influência expressiva na ação em concreto. Deu como exemplo a questão da habitação a custos controlados, em que todo o processo continua a andar não havendo uma intervenção direta com o orçamento do estado com os investimentos que estão a ser feitos, ou com os programas de investimento do PRR. Ao deputado João Fernandes referiu-lhe que se encontra aqui como presidente da CIM do Médio Tejo e não enquanto presidente da câmara municipal de Abrantes, onde devemos ter inteligência para gerir as questões que aqui são colocadas. Quer focar-se no seu papel de presidente da CIM do Médio Tejo nesta reunião em que se encontra, solicitando ser uma situação que deve merecer a atenção e o cuidado de todos. Comentou que quer em Abrantes, quer aqui é aquilo que digo e que faço, não sou um “homem de tretas”, pedindo desculpa pela expressão. O que fez na altura, e porque considera o Tejo um património incrível para o país, é um rio ibérico com uma dimensão gigante como todos sabem. Além de ter esta dimensão gigante, por outro lado, dificulta contatos, ações, ligações e interesses muito complexos. Aquilo que disse e sente é que o rio tem uma importância muito grande, não sendo apenas questões históricas e sentimentais, mas todas as questões que nos ligam e de futuro, nomeadamente o próprio turismo. Deu contra dos vários investimentos que as autarquias têm vindo a fazer desde há uns tempos para cá, como é o caso dos investimentos nas margens do rio devolvendo o rio às pessoas. As margens do rio Tejo há uns anos atrás eram lixeiras, e isso está bem presente nas memórias. No que diz respeito ao Tejo a Património da Humanidade foram já desencadeados uma série de procedimentos e perceberam que se trata de um processo extremamente complexo, referindo que



muitos dos presentes na sala, conseguem perceber o que está a ser dito. Deu conta que não desistimos deste processo, e não é o facto de ele ser ou não património da humanidade que nos empenhamos mais ou menos em relação a ele. -----
Relativamente à questão do aeroporto de Santarém, deixou um agradecimento público a todo os seus colegas presidentes de câmara, e em particular aos Presidentes Fernando Freirem Rui Anastácio e Pedro Ferreira, pelo facto de mais perto acompanharem este processo, por todo o empenhamento que todos têm tido neste processo, esclarecendo o deputado que temos feito de tudo o que tem sido possível fazer e está ao alcance de todos nesta matéria, continuando todos expetantes de que Santarém ainda possa a vir a ter a sua oportunidade. -----
Quanto ao Fundo de Transição Justa, deu conta do contato já hoje efetuado com a CCDRC, esperando que este mecanismo se transforme num verdadeiro mecanismo justo. Estão em jogo 65 milhões de euros para o Médio Tejo, e temos de valorizar isso mesmo e ver a melhor forma de o aproveitar. Temos de captar investimento e sermos um trampolim para esta captação de investimento das empresas, e estar obviamente focados nesta matéria. Foi referida ainda a Zona Livre Tecnológica, que joga com fundos de transição justa. Estamos a trabalhar afincadamente neste âmbito e queremos que e torne um mecanismo justo para mitigar o impacto negativo na região com o encerramento da Central do Pego. Ainda relativamente aos trabalhadores, esclareceu que todos os trabalhadores até hoje, ou melhor até o final do ano vão estar protegidos, vão continuar a receber o seu ordenado. Não conhece nenhum testemunho idêntico a este; 3 ano depois as pessoas continuam a ganhar o mesmo dinheiro que ganhavam no último dia em que saíram da Central. Desafiou o deputado a encontrar um mecanismo de apoio aos trabalhadores como este. Ainda comentou que houve uma candidatura ao ponto de injeção que foi ganha pela Endesa para metade do ponto de injeção, um projeto de 600 milhões de euros e que vai aglutinar 75 trabalhadores dos 120. -----
Ao deputado João Tenreiro e sobre a Ferrovia deu conta que não sabia muito sobre esta matéria, mas que depois lhe poderia responder. Aquilo que sabe é que o Entroncamento tem aqui uma posição fortíssima a este nível e é e será sempre uma alavanca para este assunto. -----

Terminados os esclarecimentos ainda se inscreveram Ricardo Carlos, do PSD de Tomar. A sua intervenção focou-se apenas na sequência de uma pequena frase que o senhor presidente da CIM rinha acabado de dizer, e que o deixou particularmente em alerta: o deputado João Tenreiro tinha falado na questão da ferrovia, e o presidente falou do Entroncamento. Deixou a nota de que o concelho de Tomar tem 4 estações e 4 apeadeiros ferroviários. Comentou que não tinha conhecimento



de que no Medio Tejo houvesse algum concelho assim com estes números, considerando que a ferrovia não deve ser só o Entroncamento, falou também nos Riachos que é cada vez mais uma ligação ao nível do transporte de mercadorias. A ferrovia deve ser muito mais potencializada na região e ser um dos pilares na CIM do Médio Tejo, não só no Entroncamento, mas olhando para o potencial de Tomar, Torres Novas, Barquinha, Abrantes. Referiu ser uma questão relevante que não pode ser esquecida e não podemos aceitar que exista baixo investimento na ferrovia na comunidade. -----

De seguida, interveio o deputado Hugo Costa, do PS de Tomar, que efetuou os seus cumprimentos. Sublinhou a importância de vários presidentes de câmara presentes na reunião. Deixou algumas notas, em 1.º lugar em nome do partido socialista reforçar o que hoje aconteceu nesta casa de manhã, um investimento de 121 milhões de euros para os vários municípios da nossa região, que irão permitir o desenvolvimento do Médio Tejo, um ponto crucial e que deve ser sublinhado. Em relação aos transportes que também já aqui foi falado em relação à ferrovia esperar que o novo governo continue a apostar na ferrovia e em todos os concelhos que tem ferrovia na região. Desejou bom trabalho também ao novo governo e saudou o Eng.º João Moura nosso deputado intermunicipal que agora tem também novas funções no governo, desejando-lhe os maiores sucessos. Deu nota que o partido socialista continuará a defender os interesses e os investimentos da região, independentemente da cor política que está no governo. Por outro lado, continuarão a defender os interesses da saúde. Sublinhou de igual modo todo o empenhamento desta Comunidade Intermunicipal. -----

João Fernandes, do PSD de Tomar solicitou novamente a palavra, para pedir à mesa que lhe fosse disponibilizado logo que possível os estudos e o apoio dos consultores no âmbito das candidaturas ITI OVT e onde se incluem também projetos sobre o Tejo. Deu conta que irá continuar a questionar sobre a situação dos trabalhadores da central do Pego, porque quer continuar a ter a certeza que tudo continua bem com esses trabalhadores. Quanto às questões de Abrantes, referiu que tudo tem um contexto, uma história e para se chegar a este ponto tem de se explicar o que está para trás. Disse que tinha sido precisamente o que tinha feito, ou seja, pegou na posição do presidente sobre a posição em relação ao Tejo e à sua centralidade, e à sua posição nevrálgica em Abrantes. Agora que tem um papel diferente, representando uma CIM, tem a oportunidade para exercer mais ação e mais pressão sobre esta matéria, referiu o deputado. -----

Terminadas as intervenções, foi novamente dada a palavra ao presidente que



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Dilva'.

referiu também desejar ao novo governo bom trabalho. -----



Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIM do Médio Tejo-----

O presidente da mesa passou a palavra ao presidente da CIM do Médio Tejo para que este pudesse esclarecer este ponto da ordem de trabalhos. Manuel Jorge Valamatos, referiu que hoje de facto tinha sido um dia muito importante para a região e para o Médio Tejo. Teve hoje o início de um novo ciclo no âmbito da programação comunitária Portugal 2030, procedemos hoje à assinatura do contrato para o desenvolvimento e coesão territorial da CIM do Médio Tejo. Foi feita uma contratualização de um pacote financeiro de cerca de 121 milhões de euros, a serem aplicados num conjunto de projetos de investimento em áreas muito diversas tais como: a digitalização administrativa pública local, o sistema de incentivos de base territorial, espaços coworking, dinamização de ecossistemas de inovação, eficiência energética, autoconsumo e comunidades de energia renovável, meios para a proteção civil, ciclo urbano da água, gestão de resíduos, conservação da natureza, biodiversidade e património natural, mobilidade urbana suave, promoção do sucesso educativo, áreas de acolhimento empresarial, infraestruturas escolares, museus, valorização do património cultural e natural, regeneração urbana, equipamentos desportivos e outros. -----

Fizemos este nosso acordo no âmbito da nossa visão constante da Estratégia Integrada de desenvolvimento territorial do Médio Tejo para o período de 2021-2027, mas a mesma será também alicerçada através de outros instrumentos que irão complementar a estratégia para a região, como é o caso do investimento territorial integrado do Oeste e Vale do Tejo, investimento territorial integrado do Pinhal Interior, o fundo da transição justa, o plano de recuperação e resiliência, entre outros. Os projetos de investimento a executar dentro do período de programação comunitária Portugal 2030, e nomeadamente a executar no âmbito deste contrato pretendem fortalecer as bases do desenvolvimento da região do Médio Tejo e a cooperação entre os municípios, cidadãos e os parceiros estratégicos. Referiu que toda a equipa da CIM esteve presente neste ato, um facto que não quis deixar de assinalar. São fruto deste nosso trabalho, deixando um agradecimento público a todos, pois sem esta fantástica equipa nada disto teria sido conseguido. Um outro agradecimento aos secretários executivos na pessoa do Miguel Pombeiro e do Jorge Simões. -----





Pediu o apoio ao 1.º secretário executivo para a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos. -----

Miguel Pombeiro, deu início aos seus esclarecimentos, dando enfoque ao Pacto para o Desenvolvimento Territorial da CIM Médio Tejo 2014-2023. Assinado a 31.08.2015 com uma dotação contratualizada de 53.994.526,10€ e uma dotação aprovada de 57.152.246,44€. Com uma taxa de compromisso de 106% e uma taxa de execução de 98%. O investimento municipal tem uma taxa de execução de 91% (2.º lugar região Centro). -----

Deu conta das várias áreas de intervenção: modernização administrativa, infraestruturas de saúde, apoio às empresas e emprego, infraestruturas de ensino, eficiência energética na AP Local, redução e prevenção do abandono escolar precoce, património natural e cultural. -----

Fez, de igual modo um ponto de situação dos vários passos de construção do ITI CIM: -----

Começou-se pela recolha de projetos e construção dos projetos intermunicipais em 2019, a concertação entre municípios no seio da comunidade; a apresentação da versão preliminar no Conselho Intermunicipal; seguida da apreciação desse relatório pelos municípios com a apresentação da versão final em reunião do órgão executivo. Posteriormente a submissão deste plano e respetivas negociações com a autoridade de gestão e a apresentação e respetiva assinatura. -----

Esclareceu que a visão do Médio Tejo para 2030 se foca numa região que: -----

- se afirma pela qualidade nas diversas dimensões relevantes para o desenvolvimento económico, social e ambiental; -----

- se diferencia pela capacidade de atrair pessoas, empresas, visitantes e talentos; -

- se apresenta como território resiliente, coeso e funcionalmente articulado, com equilíbrios e complementaridades urbano-rurais e onde as cidades se posicionam em termos vocacionais; -----

- se assume como referência em ecologia, sustentabilidade ambiental e património; -----

- e governa, digitaliza e inova com eficiência e criatividade. -----

Daqui resultou uma estratégia que nós designamos essencialmente em 2 eixos motores; por um lado a questão da renovação de um modelo competitivo muito ligado às questões da inovação, do investimento, da internacionalização. Temos de ter a noção que o nosso histórico em séries longas e aquilo que temos no nosso território é uma perda de VAB, desde logo o que aqui foi falado hoje com o fecho da Central do Pego, que representa mais de 80 milhões de euros de VAB anual que



e perdeu, mas também da redução do PIB per capita, diminuição da população ativa, sendo, portanto, absolutamente fundamental quer o reforço do ecossistema produtivo, quer o estímulo para a criação de um ecossistema de inovação. Portanto, este é um eixo central, sendo um outro claramente ligado às questões de vida, à promoção da coesão, à atratividade populacional, à inovação social, e que depois naturalmente se articula com outros eixos ligados à resiliência do território, à conectividade, às acessibilidades e à mobilidade sendo certo que há aqui também um eixo, que é um eixo temático ou transversal a toda esta estratégia que tem a ver com a qualificação dos recursos por valorização económica e sustentável, e portanto a questão de valorizar os vários tipos de patrimónios do médio Tejo, a questão do desenvolvimento de produtos turísticos integrados, a questão de maximizar a própria relação entre a economia e a tecnologia e o ambiente. Este é, portanto, o nosso referencial estratégico e partimos assim para aquilo que é a nossa ITI, que de 121 milhões de euros se poderia resumir a estes 3 eixos. Por um lado, nos chamados serviços de interesse geral na questão da digitalização e da descarbonização e em terceiro lugar na questão da valorização dos ativos territoriais. Destes 3 eixos existem 12 tipologias de intervenção que foram contratualizadas. De seguida passou para a distribuição do fundo e uma referência sumária a boa parte delas: -----

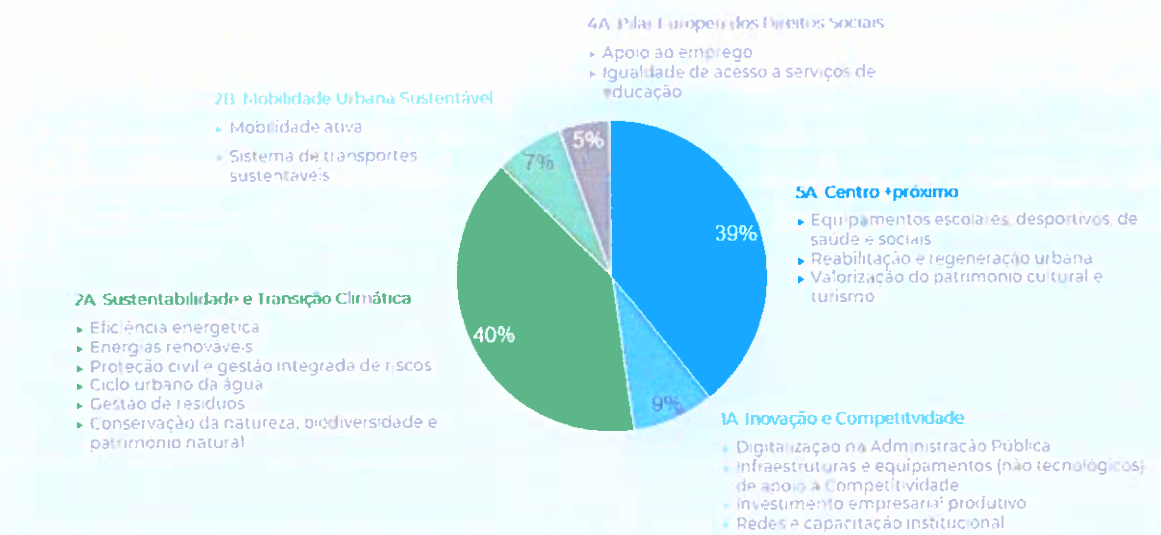
Distribuição de Fundo por tipologias de ação -----

1.2 Digitalização da administração pública local	337 500,00 €	0,3%
1.3 Sistema de incentivos base territorial e AAE nova geração e espaços de <u>coworking</u>	9 672 884,24 €	8,0%
1.4 Dinamização de ecossistemas de inovação	535 714,29 €	0,4%
2.1 Eficiência energética em edifícios da Administração	11 301 661,43 €	9,3%
2.2 Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável	300 000,00 €	0,2%
2.4 Meios materiais para a proteção civil	6 244 178,57 €	5,1%
2.5 Ciclo urbano da água em baixa (sistemas municipais)	14 909 661,63 €	12,3%
2.6 Gestão de resíduos: <u>subinvestimentos</u> em baixa	3 900 857,14 €	3,2%
2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património	11 585 650,65 €	9,5%
2.8 Mobilidade urbana suave	8 689 568,62 €	7,1%
4.k Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso	6 428 571,43 €	5,3%
5.1 Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial	47 757 841,06 €	39,3%
	121 664 089,06 €	100,0%

Tipologia de ação 5.1.

Valorização do património cultural	2 125 000,00 €	4,4%
Reabilitação e regeneração urbanas	23 421 211,40 €	49,0%
Equipamentos Desportivos	1 191 036,04 €	2,5%
Infraestruturas do ensino básico e/ou do ensino secundário	5 919 031,48 €	12,4%
Refunionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos	6 545 623,80 €	13,7%
Apoio à estruturação de produtos turísticos subregionais e locais (IT)	1 714 285,71 €	3,6%
Infraestruturas do pré-escolar	6 774 152,63 €	14,2%
Mobilidade a pedido	67 500,00 €	0,1%
	47 757 841,06 €	100,0%

A distribuição do fundo por prioridades do PR Centro evidencia a **preponderância da Prioridade 2A – Sustentabilidade e transição climática e 5A – Centro + próximo** -





Dizer

Pela CIM e Municípios:

CIM Médio Tejo	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento	Ferreira do Zézere
28 018 665,09 €	12 943 969,50 €	6 564 597,32 €	5 448 615,77 €	7 326 090,60 €	6 420 176,18 €
Mação	Ourém	Sardoal	Tomar	Torres Novas	V. N. Barquinha
7 500 000,00 €	12 711 799,78 €	5 619 295,30 €	12 236 409,39 €	11 606 190,27 €	5 268 279,86 €

Projetos Intermunicipais:

CIM Médio Tejo	28 018 665,09 €
Apoio às empresas e ao Emprego	2 517 807,94 €
Promoção e Dinamização de Ecossistemas de Inovação	535 714,29 €
Meios materiais para a Proteção Civil	4 821 428,57 €
Gestão de resíduos <u>subinvestimentos</u> em baixa Mitigação e Adaptação Climática	2 000 857,14 €
Rotas e Percursos Naturais	4 000 000,00 €
Mobilidade Urbana / Intermunicipal Multimodal Sustentável	6 000 000,00 €
Promoção do Sucesso Educativo	6 428 571,43 €
Produtos Turísticos Integrados	1 714 285,71 €

Terminou a sua intervenção dando conta que agora o foco está na execução. -----

O presidente da mesa questionou se algum dos deputados se pretendia inscrever. A primeira inscrição foi da deputada Joana Ramos, do PSD do Sardoal que referiu que apesar da atividade da CIM ser vasta, queria congratular este órgão pela valorização social dentro da atividade da CIM do ensino profissional, que é promotora, divulgadora e articuladora da informação digital sobre a oferta formativa e bem como a concertação da mesma pelos diversos promotores, digam assim as escolas. Dizer que o ensino profissional dever ser visto por todos nós, como

Alta



um caminho de valor aos olhos dos cidadãos da região e de todos os portugueses. O ensino profissional tem sido muito maltratado e visto com muito pouco valor, porque para além de permitir a entrada no ensino qualquer aluno que frequenta o ensino profissional pode continuar o ensino superior, e também não inviabiliza outras formações. É crucial para o mercado de trabalho em profissões técnicas especializadas até para as execuções das obras que são muito necessárias, e às vezes param precisamente por falta de técnicos superiores especializados seja uma realidade, afirmando que queria deixar este assunto, bastante vincado. -----

António Mor, do PS de Abrantes, interveio de seguida dando conta que verificando os grandes números, não tendo estado na organização do que deve ter sido o trabalho gigantesco que depois aparece só em meia dúzia de linhas, gostava que, e porque não viu essa posição muito bem manifestada. A sociedade está a desenvolver-se como está, está a envelhecer, precisa de ser mais solidária e à parte quando de eleições em que uns tantos são forçados a ter que falar no setor, referiu não ver nem aqui também, ao contrário do que por exemplo a situação da pré-primária e muito bem, como também as creches e muito bem, mas não se vê que o restante sector da solidariedade social que tem sido encarnado em Portugal no essencial pelas misericórdias e pelas instituições particulares de solidariedade social, não se vê, que esse sector assim de uma maneira objetiva esteja contemplado, nas grandes linhas e que aqui também não observou. Quase que fazia aqui um pedido: reparem naquilo que se calhar alguns de nós, dos que aqui estão nesta sala, acompanham enquanto dirigentes, ou enquanto interessados em tudo isso. Não é só a velhice, ultimamente atravessando todas as idades, porque agora já é cada vez mais comum apanhar gente com quase 90, a partir dos tais 65 dos quais éramos todos velhos, talvez seja bom um olhar introspetivo, um olhar de alguma compaixão e não quererem desligar dessa realidade, em que amanhã haja dificuldade em que essas instituições possam funcionar não só por queles que são o potenciais ou mesmo dirigentes, porque a legislação curiosamente pretendendo defender aquela coisa que antigamente existia, de que quem ia para um lar por hipótese tinha que entrar com um dote, de contrário não tinha lugar, a lei veio de certo modo cortar essa possibilidade, mas a interpretação extensiva que os organismos têm feito, é de que, quase que as pessoas nem podem ser associadas, nem se pode pedir que sejam associados, que possam pedir uma quota. E, de repente, as pessoas disseram, então se é tudo de borla, o porquê de se ter de pagar uma quota. -----

Terminada a intervenção anterior, falou de seguida o deputado José Rafael Nascimento, do movimento ALTERNATIVAcom, que referiu querer insistir nas questões da qualificação e da comunicação, até porque a nossa sessão está a ser transmitida como é sempre transmitida online e o cidadão que por ventura nos estejam portanto a ver e ouvir, terão alguma preocupação, alguma dúvida, porque ouvem falar em milhões. Bom, 121.6 é muito, se for comparado com 12 será pouco



comparado com 1.216 milhões. Nós que mexemos e cruzamos em números, temos noção que é um bom número, são bons milhões, e resultam de um esforço muito grande, muito empenho de toda a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Mas, referiu crer que quem nos está a ver o que desde logo interessa é que se vai fazer, ou o que é que se fez com os milhões já investidos. Bem sabe que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo tem uma função específica daquela que são os municípios. Portanto, há alguma relação, mas responsabilidades algo diferentes. Mas, talvez fosse útil dizermos o que a nossa sub-região melhorou em relação ao quadro anterior, no 2020. Por exemplo, ao nível do emprego e medido pelo número de desempregados inscritos no centro de emprego, sabendo todos nós que as estatísticas em Portugal são muito atrasadas, levam muito tempo a chegar-nos ao conhecimento, e sem estatística atempada, podemos afirmar com toda a convicção de que não há democracia, não há qualidade de democracia, mas pronto, temos as do centro de emprego e as do centro de emprego e o número de desempregados inscritos nos centros de emprego agora por estes meses, é exatamente igual ao que era em julho de 2018. E quanto à criação de empresas, que empresas foram criadas, quer antes das várias crises passadas? Estes investimentos só fazem sentido, e fazem com certeza, ninguém tem dúvidas sobre isso, se se traduzirem no que há bocado foi designado por transformações maiores ou por transformações para ser rigoroso transformações positivas e bens maiores. Isto de saber que temos muitos ovos, e depois não sabemos se vamos fazer omeletes, ovos mexidos, ovos estrelados, 3 ou 4, não sabe quem fica satisfeito só com o número do que temos com os recursos, sem estar preocupado com aquilo que vamos conseguir fazer. Depois referiu que deve haver outra dúvida, porque, os documentos hoje assinados da contratualização, julgo que corresponde ao Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2021-2027. Então pergunto e para quem nos está a acompanhar em direto, o que aconteceu em 2021-2024, ficou-se à espera dinheiro? Então agora que veio o dinheiro em 2024 vai-se conseguir gastar até 2027? Mas por outro lado, diz-se que é o Centro 2030. Portanto, provavelmente talvez não haja uma correspondência necessária entre aquilo que é a estratégia de desenvolvimento territorial e aquilo que é o investimento territorial integrado. Este tipo de informação é útil para nós, mas também para os nossos cidadãos, e sobretudo qualificarmos os resultados: o que é que avançamos, o que é que transformamos, o que é que as coisas melhoraram para as pessoas e para as instituições, viramos mais para fora do que para dentro, viramos mais para os resultados do que apenas para o processo, o que não deixa de ser importante, mas é insuficiente e já agora para terminar, em relação ao relatório, e ao trabalho feito, eu gostara de solicitar sem desprimor por o que tem vindo a ser feito, informação mais concisa e objetiva, reportando-se ao período entre sessões da Assembleia intermunicipal e não recuando a datas muito anteriores, porque há repetição de palavras, de parágrafos, por exemplo do relatório de gestão, tal e qual a gente lê duas e três vezes, portanto também dar conta dos impactos concretos do território

na vida das pessoas e das empresas. -----

De seguida interveio Ricardo Carlos, do PSD de Tomar, referiu que tinha só duas ou três questões. Relativamente ao que agora nos foi apresentado, não sabe se já existem projetos concretos, se existirem seria bom que pudessem ser partilhados pelo menos aqueles que já têm conhecimento e já têm essa informação. Por outro lado, se são muitos ou poucos milhões, se são ou não suficientes. Saber se existe alguma necessidade de reestruturação da estratégia. Relativamente ao contrato de concessão, se existe dificuldade na gestão, e por outro lado, em que é que os deputados podem ajudar a CIM e a região. -----

Não havendo mais intervenções, o presidente da mesa passou a palavra ao presidente do Conselho Intermunicipal. -----

Deu conta que, relativamente ao dinheiro que hoje foi contratualizado, já percebemos pela intervenção do deputado António Mor, já percebemos tudo. Agora respondendo também ao deputado António Mor, que este foi um contrato com os municípios e no âmbito das suas competências e da CIM Médio Tejo, como é evidente. Relativamente aos projetos concretos há os dos transportes, o Pedime no âmbito da educação, depois caberá a cada um dos municípios apresentar o seu plano de ação referente a estes milhões já enunciados. Deu conta que tivemos uma taxa de execução de quase 100%, o que é extremamente relevante dos trabalhos que temos vindo a fazer. -----

Deliberação – os deputados tomaram conhecimento da informação prestada. -----



2. Apreciação e votação do Relatório de Gestão 2023 -----

O presidente da mesa passou a palavra ao presidente da CIM Médio Tejo. Começou por referir que todos tiveram acesso ao extenso documento, e que importava referir o resultado líquido de exercício de 1.116.56,51 e que cresceu mais 55% relativamente ao ano de 2022, sendo por isso importante referir, e também o saldo de gerência de 4.417.566,53 mais 22,5 % em relação ao ano de 2022. Este é o importante fazer referência. -----

Foi dada a palavra os deputados, e interveio Joana Ramos do PSD do Sardoal, que começou por referir pretender colocar uma questão, dando conta que deveria ser com certeza ignorância da sua parte. Referiu haverem projetos com calendarização, alguns que até já terminaram, dando conta aqueles que têm 0



euros de valor previsto em orçamento, o que pode significar que podem ter vindo alocadas outras verbas para estes projetos, mas há outros projetos que têm previstos como valor em orçamento, 1€, 7€, gostaria que lhe fosse explicado o porquê destas diferenças, será que foi para abrir algumas rúbricas? Têm que estar abertas e por um valor baixo, foi-lhe referido, não causando assim perturbação no orçamento.

Deliberação – Aprovado por unanimidade -----

☐☐

3. Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 01/2024 -----

O presidente da mesa passou de novo a palavra ao presidente da CIM Médio Tejo, que esclareceu que no fundo é para tentar aproveitar o saldo de gerência. -----
Francisco Sarmento, do PSD de Tomar questionou sobre a rúbrica outros investimentos, comentado ter disponível um milhão e meio, e ao que se deve. Miguel Pombeiro esclareceu que se deve essencialmente e exclusivamente à mobilidade, portanto na área dos transportes, porque ao contrário dos anos anteriores, a portaria 7-A, que saiu a 5 de janeiro, define um valor que as Comunidades iriam receber para a gestão no âmbito do transporte público como isso não tinha acontecido no momento, e aliás ainda não recebemos nenhuma transferência nesse contexto, neste ano, portanto aqui há a oportunidade de ter um saldo de gerência relativamente alto de o podermos utilizar enquanto não recebermos essas verbas na área do IMT. -----

Ricardo Carlos do PSD de Tomar, na indicação técnica que lhes foi dada é de que efetivamente há uma dotação de cerca de 3M€, para a questão dos transportes, mas depois temos 1,5M€ para outros investimentos, sendo que, a informação técnica que existe é que boas práticas orçamentais, e não se sabendo ainda onde é que vai ser aplicado coloca-se na rúbrica de outros investimentos. Esta é a informação técnica e colocaria a questão política, se já planeiam ao dia de hoje, estando nós em abril, este valor que foi transitado/adicionado a outros investimentos. -----

Miguel Pombeiro respondeu que em bom rigor é uma questão de prudência orçamental, não estando ainda nenhum investimento definido, aliás para quem está aqui há mais tempo sabe que nunca pedimos a utilização do saldo de gerência e pela primeira vez o ano passado, em que estávamos no fecho do quadro comunitário de apoio, e portanto toda a execução tinha de ser feita até ao dia 31 de



dezembro, e muitas das vezes a receita só iria acontecer em 2024, nós estivemos na eminência de ter mais despesa do que receita, o que não cumpríamos umas das regras orçamentais, porque formalmente não poderíamos vir a mobilizar o saldo de gerência, ora não é expectável que isso aconteça este ano, mas que escusamos de estar com os problemas que tivemos em dezembro, de ter liquidez, ter caixa, poder pagar, mas estar na iminência do incumprimento de uma regra orçamental.

Deliberação – Aprovado por unanimidade -----

☞☞

4. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal -----

O presidente da CIM comentou tratar-se de um documento que por via do decorre da lei, tem de ser apresentado a todos, dando assim a informação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal. -----

Deliberação – Os deputados tomaram conhecimento da presente informação prestada. -----

☞☞

5. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro -----

Não foram efetuadas intervenções.

☞☞

O Presidente da Mesa Assembleia Intermunicipal da CIM do Médio Tejo



MédioTejo

comunidade intermunicipal

(José Manuel Paulo Trincão Marques)

A Técnica Superior

Dita Trindade

(Rita Silva Vaz Neto Homem da Trindade)

